

*A questão agrária na obra geográfica
de Élisée Reclus*

*The agrarian question in the geographical work
of Élisée Reclus*

La cuestión agraria en la obra geográfica de Élisée Reclus

Miriam Hermi Zaar
Universidad de Barcelona
miriamzaar@yahoo.es

Es cierto - me has preguntado- que tus compañeros, los obreros de la ciudad, quieren desposeerme de la tierra, de esta hermosa tierra que yo amo, que me produce doradas espigas ciertamente tras mucho trabajo, pero que, sin embargo, me las produce? Ella ha mantenido a mi padre y a mi abuelo, y mis hijos hallarán en ella un poco de pan. ¿Es decir que tu quieres desposeerme de esta tierra, arrojarme de mi cabaña y mi huerto?

– No, hermano mío, no es cierto. Puesto que es tuyo el suelo y eres tú quien lo cultiva, a ti solamente pertenecen sus mieses. Nadie tiene derecho, antes que tú, que haces crecer el pan, a comérselo en compañía de tu mujer y de tus hijos. Guarda tus campos con toda tranquilidad, conserva tu azadón y tu arado para remover la tierra endurecida, separa la semilla para fecundar el suelo. Nada existe más sagrado que tu labor.
¡Maldito mil veces quien intente quitarte ese suelo por ti fecundado!

Élisée Reclus
(*A mi hermano el campesino*, 1899, p. 1)

Resumo

Geógrafo anarquista, Élisée Reclus fundou uma geografia social integradora, comprometida com a análise do mundo em toda a sua complexidade. A formulação de novos conceitos lhe possibilitou apreender a essência de mundo rural a partir de processos que envolvem espaço-tempo, evolução-revolução e progresso-retrocesso. A questão agrária é para Reclus um dos pontos fundamentais deste movimento dialético.

Palavras-chave: Élisée Reclus, questão agrária, método geográfico.

Abstract

Anarchist geographer, Reclus Élisée founded an integrative social geography, compromised with world's analysis in all its complexity. The formulation of new concepts allow him apprehend the essence of the rural world from processes involving space-time, evolution-revolution and progress-regress. The agrarian question is for Reclus one of the fundamental points of this dialectical movement.

Key words: Élisée Reclus, agrarian questions, geographical method.

Resumen

Geógrafo anarquista, Élisée Reclus fundó una geografía social integradora, comprometida con el análisis del mundo en toda su complejidad. La formulación de nuevos conceptos le permitió aprehender la esencia del mundo rural a partir de procesos que implican espacio-tiempo, evolución-revolución y progreso-retroceso. La cuestión agraria es para Reclus uno de los puntos fundamentales de este movimiento dialéctico.

Palabras clave: Élisée Reclus, cuestión agraria, método geográfico.

Introdução

Geógrafo anarquista, Jean Jacques Élisée Reclus foi autor de três extensas obras, livros e um grande número de artigos. A sua visão unicista do mundo lhe induziu a entender a geografia com um campo de investigação único e lhe oportunizou o desenvolvimento de uma obra que compreendesse uma grande variedade temática. Conseguiu apreender os diferentes processos que envolviam tanto os aspectos urbanos e rurais, os movimentos migratórios e a devastação dos recursos naturais, como questões que se referiam ao imperialismo europeu, o colonialismo e a exploração dos territórios. Impregnou a geografia de um comprometimento político que outros geógrafos, seus contemporâneos, não fizeram com receio de que estivessem se estendendo sobre outros campos das ciências humanas, como a história ou a sociologia, mas igualmente porque estavam comprometidos com o poder político estabelecido.

A sua contribuição no campo das ciências sociais é notória, uma vez que desenvolveu uma geografia que se empenha em compreender a totalidade dos processos que envolvem a dinâmica social. O seu método de análise inclui a concepção de “leis” que, segundo o autor, resultam de um processo contraditório que, engendrado pela combinação de diferentes elementos, move a humanidade a partir de períodos de progresso e retrocesso que se alternam. Esta acepção analítica contempla a compreensão do mundo a partir de uma dimensão espacial e temporal na qual os indivíduos e a sociedade possuem um papel histórico fundamental. Fundou, portanto, as bases de uma “geografia social”¹.

Apesar da relevância das suas obras e da inovação do seu método geográfico, as suas ideias permaneceram “esquecidas” durante várias décadas, reaparecendo somente

1. Um estudo sobre o método reclusiano está contemplado em um artigo da mesma autora cujo título é *Élisée Reclus e o seu método de análise*, 2015. <http://www.ub.es/geocrit/b3w-1123.pdf>

na segunda metade do século XX. As suas críticas à dominação política e social de alguns grupos sobre grande parte da população, foi um dos motivos que contribuiu para que as obras de alguns dos seus contemporâneos, plenas de análises a-históricas e sem preocupação com as contradições sociais representassem o pensamento geográfico do mundo ocidental durante toda a 1ª metade do século XX.

A proposta deste artigo é analisar as contribuições de Élisée Reclus para o debate da questão agrária a partir da sua metodologia analítica e dos seus princípios ácratas², os quais evidenciam ideais sociais e políticos que permanecem válidos até os dias atuais.

Para isto organizamos o texto em duas partes principais interconectadas. Na primeira abordaremos os principais aspectos da vida e da obra de Élisée Reclus. Integra as experiências que o levaram a elaborar o seu pensamento geográfico, e especialmente o seu entendimento quanto à questão agrária.

Na segunda parte abordaremos a sua tese sobre a questão agrária e as concepções metodológicas empregadas nas suas análises. Optamos por explorar os seus textos mais significativos, os quais revelam um importante esforço na apreensão dos principais processos contraditórios inerentes à sociedade rural.

Élisée Reclus

Élisée Reclus nasceu em 1º de março de 1830 em Saint-Foy-la-Grande, uma pequena cidade às margens do Rio Dordonha, França. É muito provável que a sua estreita relação com a natureza tenha se manifestado desde muito pequeno, quando acompanhava seu pai, pastor protestante fervoroso, a um templo que possuía uma grande abóboda azul. Com os olhos fixos na mesma, Reclus saía do mundo cerrado e místico que caracterizava o templo e se introduzia em um mundo bucólico e natural, imaginando encontrar-se sob um céu azul e rodeado de árvores, riachos e prados. Esta experiência está refletida na sua obra *A história de um riacho*, na qual conta como brincava de Robinson Crusoe com seus irmãos.

Este forte vínculo com a natureza, além de se transformar em um dos seus principais objetos de estudo nas inúmeras viagens que realizou por diversos continentes, o levou à elaboração do seu método geográfico, e à redação de uma obra singular na qual está explícita a relação entre o homem e o meio.

Os conceitos assimilados nas leituras de precursores do pensamento socialista utópico e anarquista, como Saint Simon, Robert Owen, Augusto Comte, Charles Fourier e Pierre Joseph Proudhon, com os quais se identificou durante toda a sua vida, contribuíram para a sua formação ideológica e opção política. Uma opção que, associada ao seu desejo de ser livre e explorar novas terras, lhe impediu continuar os seus estudos de teologia, iniciados em 1848 em Montauban, já que foi expulso juntamente com seu irmão Élias, depois que, ansiosos por conhecer a região francesa que limita com o Mar Mediterrâneo, decidiram fazer uma viagem a pé de aproximadamente quatrocentos quilômetros, sem

2. As concepções que desenvolve estão respaldadas pela teoria anarquista a qual defende a liberdade, a justiça social, o progresso harmônico com a natureza e a cooperação universal.

pedir autorização à direção da instituição. A sua posição política republicana lhe levou à prisão e ao exílio por duas vezes.

Da Universidade de Berlim ao exílio e à viagem à América

O seu primeiro contato com geógrafos de renome ocorreu entre 1851 e 1852 quando se inscreveu na Universidade de Berlim, que naquela época gozava de um grande prestígio, devido à presença de intelectuais como Friedrich Hegel (1770-1831) e de Karl Ritter (1779-1859). Nesta Universidade cursou duas disciplinas, “Descrição da Terra” (com Karl Ritter) e “Economia Política” (com Wilhelm Adolf Schmidt), campos disciplinares aos quais dedicou boa parte da sua via pesquisando e escrevendo. Além disto, participou de debates acadêmicos sobre a unificação alemã, que se concretizaria oficialmente em 1871, e conviveu com obreiros, os considerando “inteligentes e bons companheiros” (GIBLIN, 1982, p. 17).

Finalizado o ano letivo na Universidade de Berlim, percorreu, na sua volta à casa paterna acompanhado por seu irmão Elías, mais de mil e quinhentos quilômetros através do território francês, entre Estrasburgo (leste da França) e Montauban, o que lhe possibilitou ampliar os conhecimentos sobre as regiões percorridas. Élisée aproveitou para observar e fazer anotações sobre as características paisagísticas e as múltiplas relações entre os homens e a natureza, assim como entender o seu papel na organização e reprodução das comunidades aldeãs.

Também foi entre 1851 e 1852 que Reclus com apenas vinte um anos, redigiu o seu primeiro texto político “O desenvolvimento da liberdade no mundo”, no qual ao aludir à abolição dos privilégios aristocráticos e ao mostrar a irrelevância das nações estarem tuteladas por um governo, elaborou a definição de ‘anarquia’ como sendo “a ausência de governo e a mais alta expressão de ordem”. Princípios que Élisée jamais abandonou, ao contrário, a sua opção pelos ideais anarquistas acentuaram estas convicções e permeiam as análises presentes nas obras as quais teve liberdade para manifestar os seus ideais políticos e sociais.

O contexto político vivido pela França ao final de 1852 o induziu a participar em uma tentativa de resistência ao Golpe de Napoleão III, e trouxe como consequência, a ameaça de prisão, motivo que o levou a exilar-se em Londres, aonde viveu com outros exilados políticos franceses, que pela sua condição política e social sofriam a discriminação da população inglesa.

Entretanto poucos meses depois da sua chegada à capital londrinense, Élisée foi convidado a trabalhar como sub-administrador de uma fazenda, localizada ao sul de Dublin, ocasião em que empregou todo o seu tempo livre para viajar e conhecer as regiões Ocidentais do país. Seu objetivo era caracterizar os aspectos físicos das mesmas, e entender as razões da profunda crise econômica que assolava as áreas rurais da Irlanda desde 1847.

Foi durante os trajetos percorridos a pé em solo irlandês, nos quais observou as formas de produção e de reprodução dos camponeses, que Élisée identificou os mecanismos de dominação e expropriação inglesa utilizados contra os mesmos, através

principalmente da renda da terra. Esta constatação o levou a engendrar os seus primeiros conceitos sobre a questão agrária. Convenceu-se que a propriedade da terra é uma das condições necessárias à liberdade dos indivíduos, afirmação que se transformou, mais tarde, em um dos fundamentos do seu pensamento geográfico: o desenvolvimento desigual em função de uma sociedade com interesses opostos.

Élisée também se interessou pelo movimento de emigração da população irlandesa aos Estados Unidos da América. Este foi o motivo que o compeliu a fazer o mesmo percurso realizado por muitos irlandeses impossibilitados de se reproduzir em seu próprio país. Aspirava conhecer a realidade americana e, para isto partiu do porto de Liverpool em dezembro de 1852, com destino à Nova Orleans.

Em Nova Orleans exerceu a atividade de preceptor na casa de Septime Fortier, um latifundiário produtor de cana-de-açúcar, proprietário de escravos. Dispensou grande parte do seu tempo disponível viajando pelo rio Mississipi e lago Michigan, e conhecendo a cidade de Chicago, o que lhe oportunizou estudar a dinâmica da sociedade estadunidense, em especial as grandes diferenças entre o sul agrário e escravista e o norte industrializado. A partir destas observações, escreveu, quando retornou à França, vários textos.

O tráfego de escravos, intrínseco à sociedade estadunidense sulista do século XIX, lhe impressionou muito, o levando a expressar-se sobre o mesmo deste modo: o tráfico de homens e de mulheres se praticava com a mesma “liberdade de consciência” como se vendessem ou se comprassem rebanhos de animais. Iguamente lhe chamou à atenção, a desigual estrutura fundiária, a desapropriação de terras e as possibilidades de reprodução dos pequenos agricultores entre as duas regiões:

Enquanto nos estados do Norte as propriedades multiplicam-se ao infinito, como na França, os vastos domínios do sul tendem a aumentar cada vez mais, e os pequenos habitantes são obrigados, uns após os outros, a recuar diante dos ricos plantadores, seguidos de seus rebanhos de negros. A instituição da escravidão produz nos Estados Unidos os mesmos resultados sociais que o morgado na Inglaterra. A cultura teve o tempo de conquistar o solo das terras virgens e as pequenas propriedades já são absorvidas pelas grandes propriedades feudais (RECLUS, 2010, p.121).

Como preceptor em uma família escravocrata pôde observar o ‘vazio’ que o regime de escravidão criava ao seu redor, enquanto a liberdade conduzia a seu turbilhão todos os homens de trabalho e inteligência (RECLUS, 2010, p. 123).

A sua atenção também esteve voltada para o estreito vínculo existente entre as instituições religiosas e a escravidão: a Igreja, além de encontrar-se comprometida com os latifundiários escravocratas, participava ativamente da compra de escravos e de terras. Esta constatação levou Reclus a romper definitivamente com a religião protestante e aderir ao ateísmo. Os seus ideais socialistas de liberdade não lhe permitiam aceitar a escravidão humana e tampouco conviver com a mesma.

Devido ao seu repúdio à escravidão e à oligarquia rural, rejeitou o convite de Septime Fortier para juntos constituir uma “plantation” na Amazônia. O outro motivo foi

o seu desejo de conhecer novas terras, onde se localizavam as cordilheiras e os vulcões, e compreender a realidade sul-americana. Em dezembro de 1855 viajou à América do Sul, especificamente à Nova Granada (Colômbia), fazendo escalas em La Havana e Panamá.

Em Nova Granada visitou a Serra Nevada de Santa Marta, onde realizou várias viagens de estudos, identificando e relacionando os diferentes tipos de climas, de vegetação e de cultivos. Impressionou-se com a imensidão das terras desocupadas e com a sua fertilidade, assim como com as facilidades para a sua aquisição: através da política de concessão de parcelas de terrenos de até quarenta hectares a todo granadino ou estrangeiro que se comprometesse a trabalhar nas mesmas por dois anos subsequentes à doação; bem como por meio de uma prática frequente que suplantava a lei, na qual os colonos se estabeleciam onde desejavam, sem pedir a concessão de terras e tampouco assumir compromissos. O primeiro que chegasse se considerava o seu proprietário. Estas observações foram registradas no seu livro *Voyage à la Sierra Nevada de Sainte-Marthe, paysages de la nature tropical*, publicado em 1861 pela Editora Hachette.

Esta conjuntura despertou em Élisée o interesse para uma das atividades que apreciava realizar, a agricultura. Planejou organizar uma colonização de europeus (50.000 colonos em cinco anos), em uma vertente localizada entre a Serra Nevada de Santa Marta e o Vale do César. Retrocedeu do seu intento ao constatar que o comércio do café se encontrava dominado por um grupo de comerciantes locais, ainda que esta desistência também estivesse vinculada às suas condições físicas, deterioradas em função de haver contraído malária.

Élisée Reclus geógrafo

Em 1857, após cinco anos observando e colhendo informações sobre a sociedade americana, Élisée regressou à França com volumosos cadernos de anotações e interessado na geografia. Deparou-se com uma conjuntura na qual os interesses imperialistas europeus pelas áreas em fase de colonização priorizavam os estudos ultramarinos e nutriam o interesse pelos estudos geográficos e pelas viagens. Um contexto que estimulou o desenvolvimento da geografia.

É neste cenário que Reclus, com um amplo conhecimento sobre o território europeu e americano, foi convidado para elaborar guias turísticas (*Guides Joanne*). Esta atividade lhe permitiu usufruir de uma das formas de liberdade que mais apreciava: viajar. Visitou vários países europeus como França, Alemanha, Suíça, Itália e Espanha para realizar trabalhos de campo que lhe possibilitaram caracterizar as paisagens com propriedade e conhecimento.

Entretanto, a grande quantidade de informações acumulada, o levaram a ir mais além das guias turísticas. Iniciou a sua atividade como geógrafo entre 1860 e 1868, redigindo e publicando vários artigos em conceituados meios acadêmicos, como a *Revista Germânica*, a *Revista dos Dois Mundos* e *O Jornal das Viagens*.

Em alguns dos seus textos aflora o enfoque agrário: *O código negro e os escravos*, *Os plantadores e os abolicionistas*, *Os negros americanos a partir da guerra*

civil, *O algodão e a crise americana, A propriedade e a exploração da terra, Viagem à Serra Nevada de Santa Marta, Ao meu irmão o camponês.*

Este processo o levou a inovar na sua acepção analítica, concebendo o espaço em sua dimensão espacial e temporal e constatando o papel histórico fundamental que exercem os indivíduos e a sociedade na produção do mesmo, quesitos que lhe ampliaram as possibilidades de apreender a essência do mundo.

Este intenso trabalho constituído por viagens e muitas horas dedicadas à pesquisa nas bibliotecas³ e à redação o levaram a concluir, em 1869, a primeira das suas obras mais importantes *La Terre. Description des phénomènes de la vie du globe* em dois tomos, a qual se converteu “na primeira grande obra que reflete o impacto de Darwin na geografia” (CAPEL, 1988, p. 302).

Apesar do seu intenso trabalho como geógrafo, Élisée não se afastou das atividades políticas. Em 1870 foi candidato à Assembleia Nacional, defendendo a queda do Império e a restauração da República, não conseguindo se eleger; e em 1871 aderiu a Comuna de Paris, participando na redação de panfletos anarquistas e em atividades educativas, ministrando aulas de geografia aos professores. Em este período mantinha contato com Mijail Bakunin e Karl Marx, os quais havia conhecido em 1864, durante a reunião que precedeu a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores realizada em Londres⁴.

A atuação de Reclus na Comuna de Paris culminou com a sua prisão em abril de 1871 e um julgamento formado por um Conselho de Guerra frente ao qual assumiu seus atos e posições político-ideológicas, assim justificadas mais tarde: “mi conciencia me mostraba un camino que yo creía ser el del deber. Si no lo hubiera seguido me habría despreciado a mí mismo y llevaría ahora una existencia miserable. Al menos puedo decirme ahora que fui sincero y fiel a mis convicciones.”⁵

A sua pena inicial, à deportação perpétua na Nova Caledônia, foi amenizada graças a um movimento internacional de intelectuais, os quais conseguiram que a mesma fosse substituída por um exílio de dez anos na Suíça que iniciou em março de 1872. Uma condena que repercutiu na sua produção intelectual, já que com exceção da Editora Hachette, nenhuma outra editora demonstrava interesse em publicar os seus livros. Mesmo assim, os contratos assinados com esta editora levava implícito o compromisso de que nos seus textos não fossem incluídos qualquer ideia ou abordagem política.

Esta conjuntura compreendeu a elaboração da sua segunda obra, *Nouvelle Géographie Universelle. La Terre et les hommes*, a qual abrange quase 18.000 páginas e 4.290 mapas, distribuídos em dezenove volumes. Analisa diferentes zonas geográficas

3. Contribuiu para a ampliação do seu campo de trabalho e de pesquisa, o fato de que em 1862 a *Société de Géographie de Paris* lhe aceitasse como sócio, o que lhe deu acesso à biblioteca e à mapoteca da Instituição, considerada, naquela época, fonte das principais informações conhecidas e disponíveis.

4. As relações com Karl Marx duraram até 1872, quando durante o congresso de Haia algumas discrepâncias, entre elas o papel do Estado na transformação social, provocou uma ruptura entre socialistas e anarquistas, desenlace que levou Reclus a permanecer ao lado dos últimos e, portanto, de Bakunin.

5. *Correspondance*, Tomo II, p. 91. Reproduzido por Béatrice Giblin, 1986, p. 45.

nos seus aspectos físicos, humanos e econômicos, vinculando a desigualdade social à estrutura econômica vigente, ao processo imperialista europeu e consequente colonialismo, ao qual teceu duras críticas.

Para a *Nouvelle Géographie Universelle*, Reclus havia programado ademais um último volume, que a modo de conclusão, trataria da evolução histórica da Humanidade, uma proposta que não foi aceita pela Editora Hachette. Os temas desenvolvidos neste volume lhe estimulou a elaborar e publicar, anos mais tarde, a sua terceira grande obra, *L'Homme et la Terre*. A publicação da *Nouvelle Géographie Universelle* ocorreu entre 1875 e 1892 (em fascículos quinzenais) e o reconhecimento da obra o levou a receber em maio do mesmo ano a medalha de ouro da Sociedade Geográfica de Londres.

Mesmo estando no exílio, Élisée Reclus não perdeu o contato com seus amigos Mijail Bakunin e Piotr Kropotkin. Este último colaborou com a *Nouvelle Géographie Universelle* nos volumes dedicados à Europa do Leste e a Sibéria. Tampouco abandonou a sua militância política. Vinculou-se ao grupo que fundou a Federação Jurassiana e colaborou com vários jornais ácratas.

Voltou à França em 1890, e em 1893 realizou a sua última grande viagem visitando Brasil, Argentina, Uruguai e Chile. Das suas observações no território brasileiro escreveu o texto *O Brasil nos fins do século XIX*, que analisaremos na segunda parte deste texto.

Como reconhecimento pelo seu trabalho, Élisée Reclus foi convidado em 1890 a ocupar uma cátedra de Geografia na Universidade de Genebra, e em 1892 a ministrar a disciplina de Geografia na *Université Libre de Bruxelles*. Em 1895 proferiu o discurso inaugural “Geografia comparada no espaço e no tempo” na *Nouvelle Université Libre de Bruxelles*, recém-instituída, onde ministrou as disciplinas de “Geografia Física”, “Geografia e História da Geografia” e “Geografia no tempo e no espaço”, estas últimas vinculadas à sua “Geografia social” e a sua nova obra *L'Homme et la Terre*.

Em março de 1898 fundou, no seio da *Nouvelle Université Libre de Bruxelles*, um Instituto Geográfico. Além disto, criou a *Société des Cartes et Travaux géographiques Elisée Reclus* e organizou uma importante biblioteca.

Foi nesta mesma década que Élisée publicou seu único livro de teorização política *A evolução, a revolução e o ideal anarquista* (1897) organizado a partir de uma conferência pronunciada em Genebra em fevereiro de 1880, e que redigiu a sua terceira grande obra já citada: *L'Homme et la Terre* em seis volumes.

Considerada a sua obra síntese e a mais importante, pelo fato de havê-la redigido com total liberdade de expressão, Reclus se defrontou com dificuldades para publicá-la. Foi seu sobrinho Paul Reclus a quem coube este feito após a sua morte em 4 de julho de 1905. Os manuscritos de *L'Homme et la Terre* foram aceitos pela *Librairie Universelle* de Paris, e o essencial da sua publicação ocorreu entre 1906 e 1908⁶.

6. A obra *L'Homme et la Terre* compreende seis tomos e quatro livros assim organizados: 1º livro, Os Ancestrais (seis capítulos); 2º livro, História Antiga (treze capítulos); 3º livro, História Moderna (vinte capítulos), e 4º livro, História Contemporânea (doze capítulos). Para maiores detalhes sobre as suas três principais obras e a suas atividades acadêmicas durante a última década do século XIX consultar Miriam H. Zaar, 2015.

Na mesma, Élisée estuda as origens do homem e do planeta, seu passado e devir a partir de um movimento no qual “o homem experimenta sua relação com o espaço onde acontece perpetuamente o diálogo entre o lugar, visto em toda a sua intimidade, e o planeta, sob o governo das influências cósmicas” (CREAGH, 2010, p. 15).

É com base nos textos que englobam esta obra e outras editadas anteriormente que vamos dar prosseguimento a análise do pensamento de Élisée Reclus, a partir de agora abordando as suas teses sobre a questão agrária, um tema até então inédito no campo dos estudos geográficos.

A questão agrária: tema que perpassa a sua obra

A preocupação de Élisée Reclus com a falta de liberdade individual foi uma constante desde muito jovem, quando teve acesso aos primeiros textos que defendiam as teses socialistas e divulgavam as concepções republicanas, e um pouco mais tarde, quando, com apenas vinte e um anos, conseguiu identificar alguns dos mecanismos de expropriação inglesa contra os camponeses irlandeses.

Esta constatação e as suas observações sobre a realidade social dos camponeses de diversos países o levaram a desenvolver uma tese sobre a questão agrária, na qual reconheceu que a propriedade da terra é uma das condições necessárias à liberdade dos indivíduos.

Esta asserção, pautada no fato de que a opulência dos grandes proprietários provém do trabalho dos arrendatários agrícolas, que transferido em forma de renda da terra, tolhe a suas liberdades enquanto indivíduos e trabalhadores, o levou a conceber uma das principais “leis” da geografia social: o desenvolvimento desigual em função de uma sociedade com interesses opostos.

Um argumento que perpassa toda a sua obra, especialmente os capítulos que compõem *O Homem y La Tierra*, nos quais Reclus encontra a essência de estes processos, vinculando diferentes elementos que se contradizem e se combinam em um movimento dialético. Análises que pela sua importância atual é um dos temas discutidos nesta segunda parte do texto.

A análise sobre da tese de Élisée Reclus com respeito à questão agrária, que elaboramos a continuação, compreendem cinco pontos: 1) a privatização das áreas comunais, 2) a relevância da pequena propriedade frente a grande propriedade, 3) a questão agrária brasileira no início do século XX, 4) a relação entre a oferta de alimentos e o acesso a terra, e finalmente 5) a sua tese anarquista vinculada à reprodução camponesa.

O processo de privatização do solo em detrimento da propriedade coletiva

Elisée coincide com o enfoque proudhoniano defendido na obra *O que é a propriedade?* e questiona o conjunto de fatos que induzem à privatização dos solos em detrimento da manutenção das terras comunais europeias. Uma dinâmica que se acelerava no decorrer do século XIX, apesar de que em alguns países vinha ocorrendo desde a Reforma Protestante, quando o Estado confiscou os feudos da Igreja e os

distribuiu aos nobres, impulsionando deste modo a transformação das terras cultivadas por camponeses, em campos de pastagens. Ao evidenciar esta sequência de fatos logo no início do seu texto *A propriedade e a exploração da terra*⁷, ressalta o enorme poder da propriedade privada, inclusive frente ao domínio monárquico: a “propriedade de um único indivíduo”, caracterizada como “ilimitada” em virtude do seu poder e da sua riqueza, é capaz de expandir-se indefinidamente e “abranjer o mundo inteiro”, enquanto que o poder dos reis e imperadores está “limitado” a um território (RECLUS, 1986, p. 323).

Esta comparação lhe remete à análise de uma conjuntura que culminou com a expropriação dos solos rurais coletivos. Para isto, parte de um estudo sobre algumas sociedades tradicionais como os habitantes do Jura do século XII e povos da Hungria e da Polônia, entre os quais, durante boa parte da Idade Média e Moderna o regime comunitário era uma prática nos campos de pastos coletivos que circundavam as aldeias e as montanhas; mas também de áreas rurais da Índia e da China, onde nas últimas, em pleno século XIX, o não aproveitamento das possibilidades que o solo oferecia era motivo de punição⁸.

Demonstra como durante a segunda metade do século XIX, estas práticas coletivas se extinguem, e em seu lugar desponta uma transição à propriedade individual. Uma nova conjuntura que leva a uma ruptura gradual do equilíbrio comunal, até então singularizado pela igualdade entre as famílias partícipes, e que, como consequência, estabelece no território, um novo padrão de reprodução camponesa, baseado na repartição desigual de terras. Para assimilar este contexto Élisée recorre a sua outra lei, a do ponto de *equilíbrio social* entendido como a perfeita igualdade de direitos entre os indivíduos⁹, e que pode ser interrompido em função da dinamicidade dos elementos históricos que compõe a estrutura deste processo dialético. Uma ruptura que induz à luta de classes entre as famílias mais favorecidas e as menos desfavorecidas, e que perdura até que os mais abastados vençam. Ocasão em que se estabelece o regime de propriedade privada¹⁰.

É desta maneira que Reclus concebe como os processos de evolução e de superação, impulsionados por um movimento que rege as interações entre os diferentes elementos que compõem o espaço, conseguem substituir paulatinamente, as propriedades comunais por regimes de terras privadas. Em alguns casos como na Inglaterra um encadeamento de fatos determinava uma trajetória mais avançada, como exemplifica Élisée: a atuação de determinados grupos (especuladores de terras e latifundiários) com grande influência sobre a legislação conseguem agregar aos seus domínios a “melhor parte das comunas” destruindo com isto os “últimos vestígios da autonomia local”

7. “La culture et la propriété”. *L’homme et la Terre*, 1905-1908. Foi reproduzida em *El Hombre y La Tierra*, 1986, sob o título “El cultivo y la propiedad” (p. 322-338); e também em Manuel Correia de Andrade (org.). *Élisée Reclus*, 1985, sob o título “A propriedade e a exploração da terra” (75-98).

8. Segundo Reclus, o abandono ou o mau uso das terras férteis que margeiam o rio Yang Tsé Kiang após as cheias, levava a castigos e ao confisco das mesmas, já que “não produzir o grão alimentício que a terra estaria disposta a dar está considerado como um crime para todos” (Ibidem, p. 324).

9. E. Reclus. “Familia, Clases, Poblados”, *El Hombre y La Tierra*, 1986, p. 109.

10. Para conhecer os pormenores que envolvem a “lei” do *equilíbrio social* e as demais “leis” sociais, consultar Miriam H. Zaar, 2015, <http://www.ub.es/geocrit/b3w-1123.pdf>

(RECLUS, 1986, p. 327). Na Rússia os indícios já eram evidentes, porém em escalas menores, porque o território estava fracionado em duas áreas, segundo a fertilidade do solo e os interesses dos grupos dominantes: a “Pequena Rússia” com um terço dos solos férteis de domínio privado, e a “Grande Rússia” com solos menos fecundos que eram distribuídos de forma periódica, segundo as necessidades dos seus habitantes.

Quanto à Espanha, menciona que em Andaluzia, o latifúndio parecia reinar absolutamente. Corroborar que a não existência de outros proprietários além dos grandes senhores, induzia a que a relação patrão-empregado se transformasse em uma relação de dependência que se aproximava a do escravo. Ressalta como as dificuldades de sobrevivência destes trabalhadores aumentaram quando os senhores da terra rebaixaram o salário diário que de 2 *reales* passou a 0,50 *céntimos* ao dia, e como a atitude honrada do duque de Osuna que queria distribuir parte das suas terras entre os camponeses, criando assim pequenas propriedades, teve uma forte reação negativa dos demais latifundiários, a ponto de que, utilizando a força política do Estado, o obrigaram a voltar atrás na sua atitude filantrópica (RECLUS, 1986, p. 330).

Uma sucessão de fatos históricos, intrínsecos a uma evolução, cuja dinâmica contraditória é resultado dos diversos segmentos que a compõe e de seu movimento desigual. O estudo das circunstâncias, através das quais há, em um processo de evolução, importantes traços de retrocesso, como o aumento do poder de pressão de determinados grupos hegemônicos em detrimento da população camponesa, levou Reclus a refletir sobre os princípios da dialética que desenvolveu e partir dos quais confirma que em todo fenômeno histórico as consequências da evolução se fazem sentir tanto no progresso, como no retrocesso.

Esta abordagem incorpora as dimensões “meio-espaço” e “meio-tempo” como conceitos interdependentes que variam de lugar para lugar (no espaço) e de época em época (no tempo) à medida que a sociedade se modifica. Segundo suas palavras: “Ao meio-espaço, caracterizado por mil fenômenos exteriores, é preciso acrescentar o meio-tempo, com suas transformações contínuas, suas repercussões sem fim”¹¹.

É através desta concepção que Élisée consegue explicar as diferentes etapas pelas quais passaram distintas sociedades. Compara como nas regiões escarpadas da Suíça, este movimento se produziu de modo mais lento do que o ocorrido com os aldeões alemães durante a Reforma Protestante, e ressalta como grandes superfícies do território irlandês e do norte da Escócia, incluindo extensas terras comunais, foram concedidas a proprietários que sequer as conheciam, e para com as quais tinham como preocupação única receber uma renda fundiária¹².

Os princípios que regem a sua teorização lhe permitiram constatar outros elementos contraditórios inerentes a este processo, o levando a comprovar que ao mesmo tempo em que os proprietários de terras moralistas aconselham os camponeses que permaneçam ligados à terra, suas práticas os desarraigam e lhes criam situações que

11. E. Reclus, “A complexidade da produção do espaço geográfico”, 1985, p. 57.

12. Era, segundo E. Reclus, o caso do condado de Sutherland, 5.200 quilômetros quadrados pertencentes a nobres, destes, 450 quilômetros era propriedade única (Reclus, 1985, p. 328).

os obrigam a emigrar. Suas indagações refletem o seu empenho em conhecer a essência deste movimento:

Quem suprimiu as terras comunais, quem reduziu, depois aboliu completamente os direitos de uso, quem desmatou as florestas e os paramos, privando, assim, o campesino do combustível necessário? Quem cercou a propriedade para marcar a constituição de uma aristocracia agrária? E depois, quando nasceram as grandes indústrias, o proprietário de bens raízes (fundário) por acaso deixou de dirigir-se ao pequeno fiandeiro do campo, aos humildes fabricantes da aldeia? E quando o campesino já não teve terras comunais, quando as pequenas indústrias lhe faltaram, quando os recursos diminuíram ao mesmo tempo em que aumentavam as suas necessidades e as ocasiões de gastar, é surpreendente que a fuga em direção à cidade tenha se tornado inevitável? Quando o senhor (proprietário) já não utiliza de forma permanente a mão de obra agrícola, a mesma se vê forçada a desterrar-se condenada pelo desemprego (RECLUS, 2010, p. 34-35; RECLUS, 1986, p. 200)¹³.

Ao reconhecer a complexidade dos fenômenos ativos que movem esta dinâmica, as análises de Reclus englobam o maior número possível de variáveis, entre as quais o movimento migratório, tema que não abordaremos aqui pela limitação do espaço.

A importância da pequena propriedade

As concepções filosóficas e políticas que deram rumo ao seu pensamento também o induziram a legitimar a pequena propriedade frente ao latifúndio. Este é o segundo ponto que trataremos, e no qual Reclus demonstra as contradições inerentes a um processo histórico não linear, que se desenvolve em uma “espiral da civilização” pouco geométrica, uma vez que as suas curvas são alteradas constantemente em função de cada acontecimento, se estreitando em períodos de retrocesso e se ampliando em períodos de progresso social¹⁴.

Para isto, apreende as particularidades que envolvem dois elementos rurais fundamentais e ao mesmo tempo contraditórios, a pequena propriedade e a grande propriedade, e analisa o papel de ambas na construção de territórios socialmente antagônicos. Suas reflexões sobre as etapas de produção e reprodução do camponês são contundentes e o levam a enaltecer a pequena propriedade enquanto questiona a grande propriedade. Reconhece a pequena propriedade como o “estado de excelência”, justificando que é a que mais se aproxima da equidade natural:

(...) a família dos cultivadores encontra na pequena propriedade uma vida de trabalho incessante e o emprego regular das horas e das jornadas; ainda quando os campos descansam, as pessoas da casa se ocupam do gado e da fabricação de outros produtos, também adornam a casa, o artesanato joga um

13. Tradução da autora.

14. Para ampliar esta análise consultar Miriam H. Zaar, 2015, p. 18 e 19. Para acessar ao texto original ver E. Reclus. “Evolução da sociedade e da civilização”, 1985, p. 100 ou E. Reclus. “Divisiones y ritmos de la historia. El desarrollo del tiempo”, 1986, p. 112.

papel normal na existência do pequeno camponês (RECLUS, 1986, p. 331; RECLUS, 1985, p. 88).

É a partir deste raciocínio que Reclus sustenta toda a sua reflexão sobre o papel da pequena e da grande propriedade. Para ele, independente das melhoras técnicas que alguns latifúndios, administrados por agrônomos, encerram, a sua permanência representa, para a maioria dos trabalhadores, a privação da terra, assim interpretada pelo autor: “si alguns possuem muito é porque a maioria nada possui”. A grande propriedade representa a ânsia pelo poder e o “fato de que ela absorva a terra a sua volta é um desastre somente superado pela devastação e pelo incêndio”, ratifica Reclus. A grande propriedade chega aos mesmos resultados: a ruína da população e da própria terra (RECLUS, 1986, p. 332; RECLUS, 1985, p. 89).

Republicano e imbuído de preceitos anarquistas, Élisée compara a grande propriedade ao Estado monárquico absolutista, por entender que ainda que proporcione trabalho à população próxima, é inevitável que a sua forma autoritária, absoluta na regulação do trabalho, faça dos trabalhadores, seus súditos. Ao possuir características que lembram um mundo feudal, no qual o mérito está nas mãos dos que possuem maiores extensões de terras, representa, segundo o autor, a privação de todos os elementos democráticos. Trata-se de conclusões calcadas nas suas observações realizadas em território francês, as quais testificaram como o voto dos trabalhadores das grandes propriedades era dispensado, e os cantões eram entregues aos representantes clericais ou militares que estavam a serviço dos grandes proprietários. Assim, tanto camponeses como servos eram dirigidos e subjugados moralmente pelo amo hereditário.

Este contexto leva Reclus a fazer a seguinte proposição: “Seja como for, pode-se indagar se a grande propriedade, enaltecida como a iniciativa do progresso, não é em seu conjunto, pela soma das suas influências, menos eficaz do ponto de vista dos melhoramentos materiais que a pequena propriedade, por mais dividida que seja” (RECLUS, 1986, p. 332; RECLUS, 1985, p. 90). Isto porque a sua análise envolve não somente o progresso técnico, mas também os progressos e retrocessos sociais provenientes do mesmo.

Assim, entre os fatos que Reclus inclui nos ciclos de retrocesso social, está a legalização em Inglaterra do *right of way*, um obstáculo imposto pela grande propriedade, mas que envolvia igualmente a reprodução do camponês, porque proibia a livre circulação de pessoas e animais. Com a justificativa de preservar o veado, objeto de caça para poucos privilegiados, os antigos caminhos, que percorridos a pé através das montanhas, encurtavam as distâncias entre os povoados foram fechados. Uma restrição removida somente diante do pagamento de uma soma considerável¹⁵.

Por outro lado, inclui como período de progresso social, as políticas estatais em prol da permanência e dinamização da pequena propriedade, aludindo à Dinamarca e à Irlanda. À legislação dinamarquesa, por oferecer todas as facilidades para a aquisição de uma propriedade com menos de quatro hectares; e às medidas irlandesas, por tratar-se do

15. Em 1893, uma autorização para retirar uma barreira que fechava ao gado o livre acesso à Gower Street, Londres, custava 600 mil francos (Reclus, 1986, p. 333 e Reclus, 1985, p. 90).

único território que desde 1884 limitava a ação dos latifundiários, obrigando-os, no caso de não cultivarem, a arrendar a terra.

Os seus estudos contemplam igualmente a evolução espaço-temporal, na qual insere como elementos fundamentais, as relações entre os indivíduos e a sociedade. Nesta perspectiva estuda a reprodução da pequena propriedade agrícola através do espaço e do tempo e nos reporta a uma comparação entre a agricultura familiar ocidental e a oriental quando expõe como a agricultura chinesa do final do século XIX apresentava um estado análogo ao da agricultura europeia no século XVIII: cada camponês cultiva em torno a sua casa, em um jardim recortado por canais, tudo aquilo que necessita para nutrir-se e vestir-se, e cada cultivo é repetido pelo vizinho.

Depreende que assim como estava ocorrendo com as terras comunais, a pequena produção agrícola também se encontrava em transição à medida que alguns mecanismos alteravam a sua conformação tradicional. E explica: do mesmo modo que a inserção de novos elementos, materializados por novas condições de produção e de comercialização de produtos, favorecem novas combinações que alteram a dinâmica da pequena propriedade rural e produzem condições de retrocesso, como a perda da propriedade; outros contextos econômicos e políticos podem atuar em benefício dos camponeses e se transformar em uma conjuntura marcada por um progresso social relativo. A crise agrícola na Grã-Bretanha se transformou em um exemplo na análise reclusiana, à medida que o investimento de capitais em setores mais pujantes, como o industrial e o comercial, aumentava a possibilidade dos trabalhadores agrícolas de permanecer nas terras, ainda que com uma renda muito baixa (RECLUS, 1986, p. 334; RECLUS, 1985, p. 91)¹⁶.

Reclus e a questão agrária no Brasil

Élisée esteve no Brasil em 1893, quando também visitou o Uruguai, a Argentina e o Chile. No seu texto “O Brasil nos fins do século XIX” (1985), analisa as características de um país agrário, governado por uma oligarquia rural cuja preocupação essencial era manter o seu *status quo*. Este contexto o induz a apreender as relações sociais e econômicas que permeiam o mundo rural brasileiro do final do século XIX.

Ao estudar como a perpetuação das tradições do antigo Brasil monárquico, representada inicialmente pelas capitânicas hereditárias e pelas sesmarias, reproduziu um modelo caracterizado por uma concentração de terras sem referência, no qual “um pequeno número de proprietários possui enormes terrenos, cujos limites nem conhecem” (RECLUS, 1985, p. 181), se transformou em um dos precursores da análise da estrutura fundiária brasileira do final do século XIX.

No seu texto, Reclus consegue estabelecer um estreito vínculo entre a produção agrícola e a questão agrária, chamando a atenção para as grandes extensões improdutivas, para a atividade quase nômade do pequeno produtor, mas igualmente para o cultivo do principal produto comercial, o café.

16. Neste contexto também está implícito a desvalorização das terras agrícolas.

A sua análise das principais áreas produtoras de café, os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santos, Minas Gerais e norte do Paraná, reporta às técnicas utilizadas para o seu cultivo, sem deixar de associar este contexto ao fim da escravidão e à imigração de milhares de europeus. Élisée concebe o espaço, o tempo, a sociedade e o indivíduo, como uma unidade, por isto incorpora ao mesmo movimento, tanto a produção cafeeira e as altas produtividades alcançadas, como as precárias condições de subsistência de centenas de famílias de trabalhadores agrícolas cujas casinhas, segundo a sua perspectiva, apresentam um aspecto mesquinho que lhe recordava a escravidão: casebres sem jardins, pouco asseados que se alinhavam em uma ou duas filas facilitando a fiscalização do feitor (RECLUS, 1985, p. 176).

Do mesmo modo que em outras ocasiões, quando tratou do poder das grandes propriedades em detrimento dos pequenos produtores, Reclus ressalta como o aumento das safras brasileiras de café, dos anos anteriores ao seu estudo, havia ocorrido em benefícios dos grandes proprietários, cabendo à pequena propriedade uma pequeníssima parte desta produção. As suas análises são enriquecidas com dados que comprovam estas afirmações: no estado de São Paulo, caracterizado pelo predomínio de solos de alta fertilidade, as propriedades agrícolas que abrangiam entre 10.000 e 20.000 hectares de superfície chegavam a possuir seis milhões de pés de café cada uma, e uma produção de até seis mil toneladas de café/ano, que em grande parte era exportada através de ferrovias particulares. Uma supremacia atestada também pelo grande número de empregados que trabalhavam nas propriedades que em alguns casos chegava a 4.200, quase todos de origem italiana, transformados em mão de obra barata, como resultado de acordos firmados entre os governos brasileiro e italiano (RECLUS, 1985, p. 174-5).

Um processo cuja origem está vinculada à expropriação de pequenas propriedades agrícolas e a expulsão de camponeses em toda Europa. O seu estudo sobre a Ilha da Sardenha, lhe possibilitou entender como o fim do feudalismo e dos dízimos obrigatórios, substituídos por pesadíssimos impostos, obrigou grande parte dos pequenos agricultores a entregar a sua propriedade ao Estado em troca da dívida contraída. Um contexto que revela as múltiplas formas e contradições que regem as políticas públicas, já que se, por um lado, induziram ao abandono das terras e a uma emigração de mais de duzentos mil italianos anualmente¹⁷, por outro, promoveram o aumento das superfícies improdutivas e a expansão das grandes propriedades, que se aproveitaram desta circunstância.

Ao se referir a uma das queixas habituais dos grandes produtores de café brasileiros, a falta de mão de obra, Reclus responde: “O trabalho far-se-ia quiçá melhor, se estas regiões fecundas, que um só possui, fossem repartidas entre os *matutos* ou pequenos lavradores” (RECLUS, 1985, p. 181).

A relação reclusiana entre a oferta de alimentos e o acesso a terra

Como parte da sua tese inicial, Reclus elabora uma inédita reflexão vinculando a questão agrária à oferta de alimentos. Refutando a teoria malthusiana, ressalta que,

17. Élisée Reclus. “Latinos y germanos”, *El Hombre y La Tierra*, 1986, p. 230. Um movimento que ganhou impulso a partir de 1903.

considerando a situação econômica daquele período (final do século XIX), se podia assegurar que a terra produzia o suficiente para alimentar todos os seus habitantes. Contrapõe-se, portanto, aos defensores do “espaço vital” que justificam a expansão dos territórios com a finalidade de alimentar a população e desenvolver o país. O seu argumento é sustentado por uma comparação entre países pouco extensos, onde a escassez de alimentos era incomum, como no caso da Bélgica e da França, e países com grandes extensões de terras férteis, como a Rússia e a Índia, onde a fome estava presente.

Élisée chega à conclusão de que a escassez de alimentos não é resultado da aridez do solo, das chuvas irregulares ou do grande número de população, mas provém do fato de que os trabalhadores agrícolas não tenham acesso a terra, ou a tenham através de uma relação de servidão, onde em troca de um raquítico salário, grande parte do cereal colhido é destinado a comercialização. Ilustra esta constatação mencionando o caso dos salários dos trabalhadores agrícolas hindus que despencou de 20 centavos em 1850, para 15 centavos em 1882 e para oito centavos em 1990¹⁸.

Nas suas apreciações sobre o mundo rural brasileiro, Reclus vincula a produção de alimentos de subsistência ao papel que as pequenas e grandes propriedades agrícolas desempenham. Não questiona apenas a grande propriedade, mas também o monocultivo, se referindo as enormes extensões destinadas ao cultivo do café. Denuncia a primazia da monocultura em detrimento da policultura de subsistência e questiona o perigo em priorizar um cultivo em detrimento dos demais, por muito rendoso que o mesmo seja. E justifica a sua apreensão: A possibilidade de que algum fenômeno econômico ou climático secasse a fonte desta espantosa riqueza poderia expor a população a uma penúria (RECLUS, 1985, p. 176-7). Uma questão que envolve o que atualmente denominamos de “soberania alimentaria”.

Ao meu irmão camponês

No texto *A mi Hermano el campesino*, Élisée reflete o seu ideal anarquista. Baseado nos princípios de justiça social, o mesmo se transforma em um chamamento à organização camponesa e à luta pela terra, seu principal instrumento de trabalho. Retumba como um grito de alerta a todos os camponeses. Representa provavelmente o ápice de toda a sua análise sobre a questão agrária, na qual as palavras são dirigidas ao ator principal, ao mesmo tempo o mais débil: o camponês (RECLUS, 1899).

Elabora este texto a partir da sua “3ª lei” da geografia social, a sua proposta mais inovadora: reconhece que qualquer evolução social só pode ser impulsionada através do esforço individual e da sua *decisão soberana*. Concebe que é no ser humano, como célula fundamental da sociedade que nasce a vontade criadora, que se constrói e se reconstrói no mundo. Assim as evoluções voluntárias, ao difundir ideias que promovem as mudanças, se transformam no cerne do equilíbrio e do desequilíbrio das sociedades – a evolução, e a consequente revolução, cujo objetivo a ser alcançado é a superação de toda alienação. É na liberdade, portanto, que está contido o desenvolvimento social completo¹⁹:

18. Argumento fundado nas afirmações de Reclus disponíveis no texto “Latinos y Germanos, 1986”, p. 236-338.

19. E. Reclus. “Prefácio”. *El Hombre y La Tierra*, 1986, p. 99; E. Reclus. “O Homem é a natureza adquirindo consciência de si própria”, *Élisée Reclus*, 1985, p. 40.

Nosso ideal comporta, para o homem a plena e absoluta liberdade de exprimir seu pensamento em todas as coisas, ciência, política, moral, sem outra reserva além daquela de seu respeito por outrem; ele comporta igualmente, para cada um, o direito de agir a seu bel-prazer, de ‘fazer o que quiser’, associado naturalmente sua vontade à de outros homens em todas as obras coletivas: sua liberdade própria não se encontra absolutamente limitada por esta união, mas cresce, ao contrário, à força da vontade comum (RECLUS, 2002, p. 75).

Reclus entende como liberdade, a posse da terra para os que queiram nela trabalhar, sem qualquer modo de exploração. Para isto defende que a mesma seja delimitada segundo as necessidades de cada família ou grupo de agricultores. As demais terras devem pertencer a outros trabalhadores que também a necessitam. Com estas palavras Reclus faz um convite ao companheirismo e a solidariedade:

Desde el momento que un pedazo de tierra se salga de los límites que pueden trabajarse, no tienen ninguna razón natural para reivindicarlo a su favor; su producto y su cultivo pertenece a otros trabajadores. El límite se traza diversamente entre las culturas [los cultivos] de individuos y grupos, con arreglo a la extensión puesta en estado de producción. Lo que tú cultivas, hermano mío, es para ti, y nosotros te ayudaremos a conservarlo por todos los medios que estén a nuestro alcance; pero lo que tú no cultivas pertenece a tu compañero. ¡Cédele un pedazo; verás como también él sabe fecundar la tierra! (RECLUS, 1899, p. 2).

Uma proposição que concorda com a sua concepção teórica que vincula a evolução e a revolução como dois atos sucessivos de um mesmo fenômeno: a evolução precede a revolução, e esta precede uma nova evolução, portanto nenhuma revolução pode ser feita sem uma prévia evolução. Um processo no qual Reclus reserva um papel de destaque aos camponeses, o da união e das reivindicações:

Os camponeses que não podem manter-se com suas escassas terras, e aqueles bem mais numerosos ainda, que não conseguem propriamente um torrão de argila, não começaram a compreender que a terra deve pertencer àquele que a cultiva? Eles sempre o perceberam instintivamente; eles o sabem agora por convicção, e em breve falarão a linguagem enérgica e precisa da reivindicação (RECLUS, 2002, p. 92).

O fato de que na natureza e na sociedade tudo se move em um processo eterno que determina mudanças, que carregam suas permanências, condição que determina que as mesmas não sejam definitivas, justifica a sua afirmação de que não há um futuro linear e tampouco definitivo, o que legitima, portanto, a organização e as reivindicações dos mais desfavorecidos.

As contribuições de Élisée Reclus aos estudos agrários

Na condição de geógrafo ácrata, Élisée Reclus rejeitou a dialética clássica dos contrários e a dialética hegeliano-marxista. Do mesmo modo preferiu o determinismo geográfico desenvolvido por Friedrich Ratzel e levado a exageros por seus discípulos

Ellsworth Huntington e Ellen Churchill Semple, e o possibilismo de Paul Vidal de La Blache.

O seu método vai muito além destas concepções, defende o processo evolutivo social a partir de um movimento descontínuo da história humana, o qual se materializa em diferentes formas, devido a uma série de ações e reações, impulsos e descasos, fluxos e refluxos, que se desenvolvem em uma “espiral da civilização” alterada por cada acontecimento, se estreitando em períodos de retorno a barbárie e de guerra (retrocesso) e se ampliando em períodos de paz e de progresso social.

Para isto, estabelece três conceitos que não podem ser apreendidos separadamente, a “luta de classes”, a procura do equilíbrio e a decisão soberana do indivíduo, a partir dos quais assimila os processos que compõem o passado e o porvir dos povos, defendendo, a capacidade do indivíduo e da sociedade em promover o equilíbrio social, alcançando a revolução por meio de uma evolução.

Ao incorporar estes conceitos, o seu método analítico supera a perspectiva agrícola, possibilitando conhecer a essência desta dinâmica. Defensor de uma geografia unitária aborda o rural como parte de uma totalidade na qual estão presentes os princípios elementares que induzem ao desenvolvimento desigual entre os indivíduos e a divisão da sociedade humana em classes com interesses diferentes, muitas vezes opostos.

Para isto, Reclus fundamenta a sua apreensão da realidade em alguns pontos substanciais, como o predomínio da propriedade privada ante a propriedade coletiva, a supremacia da grande propriedade em detrimento da pequena propriedade, a segurança alimentaria e a sua relação com a possibilidade de acesso à terra.

Coube também a Élisée Reclus ser o primeiro geógrafo a evidenciar as contradições socioeconômicas próprias de um país com características coloniais, como o Brasil, onde prevaleciam os interesses de uma sociedade oligárquica rural. Contradições que, se por um lado, mantém os camponeses subordinados a um senhor e no limite das suas possibilidades de reproduzir-se como tal, por outro, revela uma dependência quase que total do fruto do seu trabalho para a provisão alimentar de grande parte da população citadina.

Estas reflexões o levaram a escrever *A mi Hermano el campesino*, texto onde vincula o seu ideal anarquista à questão agrária. O seu apelo à união à solidariedade para a construção de um mundo igualitário e com liberdade, revela a sua consideração e o seu apreço pelo camponês, reflexo de um modo de vida que como ele mesmo observou, estaria em processo de transformação.

Os textos de Élisée Reclus e as análises contidas neles refletem um grande interesse pela questão agrária, um tema ignorado pelos geógrafos do século XIX e início do século XX, porém com grande vigência nas discussões acadêmicas atuais.

Referências bibliográficas

BRUN, Christophe. **Élisée Reclus, une chronologie familiale (1796-2014). Sa vie, ses voyages, ses écrits, ses ascendants, ses collatéraux, les descendants, leurs écrits, sa**

postérité. 2014. Com a participação de Federico Ferretti. <<http://raforum.info/reclus/>> [outubro de 2014]

CAPEL, Horacio. **Filosofía y ciencia en la Geografía contemporánea. Una introducción a la Geografía.** Barcelona: Barcanova, 1988, 3ª ed.

CREAGH, Ronald. “Reclus ou a grande narrativa da Terra”. In: COELHO, Plínio Augusto (Org. e tradução). **Do sentimento da natureza nas sociedades modernas.** São Paulo: Editora Imaginário/ Expressão & Arte Editora, 2010, p. 9-25.

GIBLIN, Béatrice. “Los orígenes y la juventud de Eliseo Reclus”. In: RECLUS, Élisée. **El Hombre y La Tierra.** Introdução e seleção de textos Béatrice Giblin. México: Fondo de Cultura Económica, 1986, p. 13-18.

GIBLIN, Béatrice. “El primer exilio y América”. In: RECLUS, Élisée. **El Hombre y La Tierra.** Introdução e seleção de textos Béatrice Giblin. México: Fondo de Cultura Económica, 1986, p. 19-25.

GIBLIN, Béatrice. “Bruselas. La última etapa”. In: RECLUS, Élisée. **El Hombre y La Tierra.** Introdução e seleção de textos Béatrice Giblin. México: Fondo de Cultura Económica, 1986, p. 54-58.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **O que é a propriedade?** Lisboa: editorial Estampa, 1975, 2ª ed. Tradução de Marília Caiiro.

RECLUS, Élisée. **A mi hermano el campesino.** Trad. del francés. Buenos Aires: La expropiación, 1895. 16 p. Original: **A mon frère le paysan.** Paris: Temps Nouveaux, 1899.

RECLUS, Élisée. **Viaje a la Sierra Nevada de Santa Marta.** Bogotá: Ed. Cahur/ Biblioteca Popular de Cultura Colombiana. Tomo 112, 1947.

RECLUS, Élisée. “O Homem é a natureza adquirindo consciência de si própria”. In: ANDRADE, Manuel Correia de Andrade (Org); FERNANDES, Florestan (Coord). **Élisée Reclus.** São Paulo: Editora Ática, 1985. p. 38-40. Título original: Préface. L’homme est la nature prenant conscience d’elle-même. **L’homme et la Terre**, tomo I.

RECLUS, Élisée. “A complexidade da produção do espaço geográfico. Evolução da sociedade e das civilizações”. In: ANDRADE, Manuel Correia de (Org); FERNANDES, Florestan (Coord). **Élisée Reclus.** São Paulo: Editora Ática, 1985. p. 56-60. Título original: Milieux Telluriques, **L’homme et la Terre**, tomo I, cap. II.

RECLUS, Élisée. “A propriedade e a exploração da terra”. In: ANDRADE, Manuel Correia de (Org); FERNANDES, Florestan (Coord). **Élisée Reclus.** São Paulo: Editora Ática, 1985. p. 75-98. Título original: La Culture et la Propriété, **L’homme et la Terre**, tomo VI, cap. VIII.

RECLUS, Élisée. “Prefácio”. In: ANDRADE, Manuel Correia de Andrade (Org); FERNANDES, Florestan (Coord). **Élisée Reclus.** São Paulo: Editora Ática, 1985. p. 97-99. Título original: Préface, **L’homme et la Terre**, tomo I.

RECLUS, Élisée. “O Brasil nos fins do século XIX”. In: ANDRADE, Manuel Correia de Andrade (Org); FERNANDES, Florestan (Coord). **Élisée Reclus.** São Paulo: Editora Ática, 1985. p. 167-195. Título original: **Estados Unidos do Brasil**, 1900, p. 408-458.

RECLUS, Élisée. “Familia, clases, poblados”. **El Hombre y La Tierra**. Introdução e seleção de textos Béatrice Giblin. México: Fundo de Cultura Econômica, 1986. p. 109-110. Título original: Famille, Classes, Peuplades, **L’homme et la Terre**, tomo I, cap. V.

RECLUS, Élisée. “Latinos y germanos”. **El Hombre y La Tierra**. Introdução e seleção de textos Béatrice Giblin. México: Fundo de Cultura Econômica, 1986. p. 223-250. Título original: Latins et Germains, **L’homme et la Terre**, tomo V, cap. III.

RECLUS, Élisée. “El cultivo y la propiedad”. **El Hombre y La Tierra**. Introdução e seleção de textos Béatrice Giblin. México: Fundo de Cultura Econômica, 1986. p. 322-338. Título original: La Culture et la Propriété, **L’homme et la Terre**, tomo VI, cap. VIII.

RECLUS, Élisée. **A evolução, a revolução e o ideal anarquista**. São Paulo: Editora Imaginário/Expressão & Arte Editora, 2002. Título original: **La évolution, la révolution et l’idéel anarchique**.

RECLUS, Élisée. **Da escravidão nos Estados Unidos**. Tradução Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Editora Imaginário/ Expressão & Arte Editora, 2010. Título original: **De l’esclavage aux États Unis**.

RECLUS, Élisée. **Renovação de uma cidade. Repartição dos homens**. Organização e tradução Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Editora Imaginário/ Expressão & Arte Editora, 2010. Título original: **Renouveau d’une cité. Repartition des hommes**.

VICENTE MOSQUETE, Maria Teresa. **Eliseo Reclus. La geografia de un anarquista**. Barcelona: Los libros de la frontera, 1983.

ZAAR, Miriam Hermi. “Élisée Reclus e o seu método geográfico”. **Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de junio de 2015, Vol. XX, nº 1123. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-1123.pdf>>. [ISSN 1138-9796].

Miriam Hermi Zaar

Doctora en Geografía Humana (Universidad de Barcelona). Coordinadora do Portal Geocrítica, Secretária do Conselho de Redação de *Biblio 3W - Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales* e Membro do Conselho de Redação de *Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Pesquisadora do Grupo Geocrítica e do Centro de Recursos para a Ecologia Social (CRES). Departamento de Geografía Humana. Universidad de Barcelona. Carrer de Montalegre, 6, 08001 Barcelona, Espanha.
E-mail: miriamzaar@yahoo.es

Recebido para publicação em janeiro de 2015

Aprovado para publicação em abril de 2015